



A 'CONSTRUÇÃO' DA IMAGEM DE CIDADE MARAVILHOSA: IDEÁRIOS DE PAISAGENS E DIFUSÕES DE IMAGINÁRIOS SOBRE O RIO DE JANEIRO

THE 'CONSTRUCTION' OF THE WONDERFUL CITY IMAGE: IDEAS OF LANDSCAPES AND IMAGINARY DISSEMINATION ABOUT RIO DE JANEIRO

¹LAMOUNIER, Alex Assunção

RESUMO

O Rio de Janeiro é amplamente reconhecido como a Cidade Maravilhosa, expressão que comumente remete às belezas naturais e construídas da capital carioca e suas possibilidades de fruição. Ao longo do tempo, este epíteto foi associado a diversas intencionalidades, desde a busca por uma imagem de capital moderna; incluindo a ideia de paraíso tropical; mesclando civilização e belezas naturais excepcionais; capital cultural do país; e, também, manifestações de resistência pautadas num sentido múltiplo e mais inclusivo de Cidade Maravilhosa. Este trabalho investiga os contextos de surgimento e evolução do ideário de Cidade Maravilhosa, as estratégias utilizadas para sua difusão e os atributos e concepções que acompanham tal qualificativo associado ao Rio de Janeiro. Buscando contribuir para as reflexões sobre simbolismos de paisagens e difusão de imagens e imaginários, as análises apresentadas abordam produções literárias, eventos comemorativos, intervenções e projetos urbanos realizados nos últimos cem anos, aproximadamente, do Rio de Janeiro, bem como o recente tombamento como patrimônio mundial da humanidade.

Palavras-chave: Paisagem cultural. Paisagens simbólicas. Imaginários urbanos. Cidade Maravilhosa. Rio de Janeiro.

ABSTRACT

Rio de Janeiro is widely recognized as the Cidade Maravilhosa, na expression that commonly refers to the natural and built beauties of the carioca capital and its fruiti on possibilities. Over time, this epithe has been associated with several intentionalities, from the search for animage of modern capital; including the idea of a tropical paradise; blending civilization and exceptional natural beauties; cultural capital of the country; and also manifestations of resistance based on a multiple and more inclusive sense of Cidade Maravilhosa. This work investigates the contexts of the emergence and evolution of the Cidade Maravilhosa concept, the strategies used for its diffusion, and the attributes and conceptions that accompany this qualification associated with Rio de Janeiro. Aiming to contribute to the reflections on lands capes symbolism and the diffusion of images and imaginary, the analyzes presented deal with literary productions, commemorative events, interventions and urban projects carried out in t he last one hundred years, approximately, of Rio de Janeiro, as well as there centtipping as humanity world heritage.

¹Doutor em Arquitetura e Urbanismo e Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU/UFRJ), Rio de Janeiro/RJ.

Recebido: 31 de julho de 2018; Aceito: 14 de setembro de 2018.



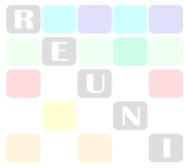
Key words: *Cultural landscape. Symboliclandscapes. Urbanimaginary. Wonderfultcity. Rio de Janeiro.*

INTRODUÇÃO

O Rio de Janeiro é amplamente conhecido como a Cidade Maravilhosa, expressão que comumente remete às belezas naturais e construídas da capital carioca e suas possibilidades de fruição. Tal associação não se restringe à fala popular nem tampouco ao âmbito local. Atos oficiais e a divulgação internacional já consolidaram este epíteto no imaginário brasileiro e além das fronteiras nacionais.

Buscando analisar relações entre visões de cidade e os significados atribuídos ao epíteto de Cidade Maravilhosa, este trabalho investiga os contextos de surgimento e evolução desse ideário, estratégias utilizadas para sua difusão e os atributos e concepções que acompanham tal qualificativo associado ao Rio de Janeiro. Discutindo ideários de paisagens e a difusão de imagens e imaginários, aborda produções literárias, eventos comemorativos, intervenções e projetos urbanos realizados ao longo de pouco mais de cem anos, bem como o recente tombamento como patrimônio mundial da humanidade. O ideário de Cidade Maravilhosa é tomado para análise por remeter às reflexões sobre a força que determinados simbolismos de paisagens podem ter no imaginário geral, alcançando níveis de reconhecimento que transcendem a escala local (MEINIG, 1979).

Para Meinig (1979, p. 175), representações de paisagens que idealizam “valores e costumes básicos” associados a um estilo de vida relacionado a um local específico podem ser bastante eficientes à leitura de paisagens. Defende, assim, a análise de fontes “verdadeiramente populares”, como “revistas, jornais e propagandas; quadrinhos e livros didáticos; calendários e cartões; fotografias, pinturas e esboços, pôsteres e papéis de parede”. No intuito de decodificar paisagens simbólicas e seus “múltiplos patamares de significados”, Cosgrove (1998, p. 92-97) destaca as potencialidades dos “domínios da atividade humana em termos espaciais e suas expressões ambientais”, em contraponto ao “funcionalismo utilitário” que desconsidera as paixões “assustadoramente poderosas, motivadoras da ação humana”. Ressalta, para tanto, a importância da interpretação a partir de romances, filmes de ficção e quadrinhos, entre outras obras. Ginzburg (2007) adota romances ficcionais como fonte para a identificação de costumes, usos e contextos históricos. Considera a literatura como fonte confiável por não se pautar em documentos, mas, sim, na sensibilidade de artistas sobre determinadas épocas. Suas reflexões trazem lições ao desvendar contextos a partir de



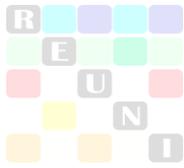
narrativas não intencionais, permitindo, a partir do olhar do outro – o autor da obra utilizada como fonte –, trazer à luz aspectos que nem sempre estão às claras em documentos oficiais.

DA CAPITAL ‘MODERNA’ AO PARAÍSO TROPICAL

Em meados do século XIX, o Rio tinha a fama de “capital das epidemias”, com um sistema de saneamento bastante precário e uma expectativa de vida média de apenas 34 anos (AGUIAR, 2008, p. 30). A partir do início do século XX, a então capital federal passaria por uma série de transformações que incluíam, entre seus objetivos, também “acabar com a noção de que o Rio era sinônimo de febre amarela e de condições anti-higiênicas” (ABREU, 2013, p. 141). Tais transformações foram iniciadas na segunda metade do século XIX, mas foi entre 1902 e 1906, durante o mandato do prefeito Pereira Passos, que tiveram expressão mais intensificada, com desdobramentos que se estenderam pelas décadas seguintes e reflexos que moldaram a morfologia urbana atual do Rio de Janeiro. Eram baseadas na “necessidade de adequar a forma urbana às necessidades reais de criação, concentração e acumulação do capital”, voltando-se à transformação da cidade de características coloniais ainda marcantes numa “nova capital, um espaço que simbolizasse concretamente a importância do país como principal produtor de café do mundo, que expressasse os valores e os *modi vivendi* cosmopolitas e modernos das elites econômicas e política nacionais” (*ibidem*). Segawa (1999, p. 19) considera que esta busca de afirmação da cidade “como o palco do moderno”, num sentido de “modernização” que tomava “como referência a organização, as atividades e o modo de viver do mundo europeu”, alinhava-se ao “desejo de mudança [...] latente [da] elite urbana, progressista, positivista [e] cosmopolita” da época. Este processo, chamado de “*haussmanisation*”²– ou *haussmanização*³– em referência às intervenções de Haussmann em Paris, promoveu “a criação de novos eixos viários, a uniformização das fachadas dessas avenidas e a implantação de parques públicos mediante a remodelação do tecido urbano colonial da cidade” (*ibidem*, p. 19-21). Foi o “primeiro grande exemplo de intervenção estatal maciça sobre o urbano, reorganizado agora sob novas bases econômicas e ideológicas, que não mais permitiam a presença de pobres na área mais valorizada da cidade” (ABREU, 2013, p. 142). Às intensas transformações urbanas acompanhavam “a erradicação das epidemias que varreram a cidade ao longo do século 19” e o afastamento da “população pobre de setores

² A expressão “*haussmanisation*”, ou ‘*haussmanização*’, conforme adaptações em alguns estudos brasileiros, trata-se de um “neologismo criado por Pierre Lavedan” (SEGAWA, 1999, p. 19).

³ Ambos os itálicos nossos.



estratégicos para a expansão urbana”, visando-se, ao mesmo tempo, “conferir à paisagem uma estética arquitetônica de padrão europeu”(SEGAWA, 1999, p. 21).

O epíteto de Cidade Maravilhosa surge naqueles primeiros anos do século XX, acompanhando as reformas higienistas e ‘modernizadoras’ de Pereira Passos, sob o governo federal de Rodrigues Alves, que buscavam suprimir o passado colonial do Rio e elevar a cidade aos patamares das grandes capitais europeias. A primeira publicação identificada que faz referência à expressão trata-se de uma crônica do jornal “O Paiz”, de 1904, que trazia críticas às políticas de Pereira Passos (KORYTOWSKI, 13/03/2015). No entanto, era bem mais frequente, nas publicações subsequentes, a utilização da expressão Cidade Maravilhosa para homenagear e defender o caráter ‘civilizatório’ das transformações pelas quais o Rio vinha passando. Neste contexto, o escritor Coelho Neto se destaca como um dos principais difusores desse epíteto no âmbito nacional. A inauguração da expressão Cidade Maravilhosa é frequentemente atribuída à sua crônica de 1908 sobre a Exposição Nacional instalada no bairro da Urca, naquele ano. Somada à reconstrução, em 1906, do Palácio Monroe na capital carioca, premiado na Exposição de *Saint Louis* realizada dois anos antes, a Exposição Nacional reforçava “o clima de otimismo em relação ao crescimento do país durante a primeira década do século XX” e vinha coroar o ‘sucesso’ da ‘modernização’ do Rio e do país (PEREIRA, 2010, p. 14).

Em 1913, o livro “*La VilleMerveilleuse*⁴ – Rio de Janeiro”, da poetisa francesa Jane CatulleMendès⁵, publicado em Paris (VEIGA, 1998), trazia poemas que elogiavam o ‘sucesso’, ao seu olhar, do processo ‘civilizatório’ pelo qual a cidade vinha passando. A homenagem consistiu num dos marcos iniciais do reconhecimento do Rio de Janeiro como Cidade Maravilhosa no imaginário internacional. A expressão “Cidade Maravilhosa”, no título e nos poemas do livro, referia-se a uma capital ‘moderna’ e ‘civilizada’ que, ao mesmo tempo, era vista como uma espécie de paraíso tropical, envolvida e permeada por uma exótica e exuberante paisagem natural. No ano seguinte, a publicação, em Londres, do guia britânico “*The Beautiful Rio de Janeiro*⁶”, de Alured Gray Bell (1914), expressava, mais uma vez, a atenção europeia sobre a ‘moderna’ cidade, então capital brasileira, e suas belezas naturais. Na década seguinte, a Exposição Internacional de 1922, instalada no vazio deixado pelo desmonte do Morro do Castelo, apresentava, ao mundo, “o presente ‘glorioso’ que o país

⁴ “A Cidade Maravilhosa”, em tradução livre do francês para o português.

⁵ Jane era viúva do renomado escritor e poeta francês parnasiano CatulleMendès, que havia falecido dois anos antes de sua visita ao Rio.

⁶ “O Belo Rio de Janeiro”, em tradução livre do inglês para o português.



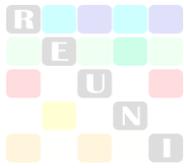
vivia” e seu “futuro promissor” (ARQUIVO NACIONAL, 20/10/2016). Junto à exaltação de uma ‘modernidade’ ainda à *Belle Époque*, refletida no ecletismo dos suntuosos edifícios dos pavilhões da Exposição, trazia novidades como “a iluminação elétrica que permitia a visitação noturna”; “sessões de cinema para os visitantes”; e “a primeira transmissão de rádio no Brasil” (*ibidem*).

Apresentados implícita ou explicitamente, os atributos associados ao epíteto de Cidade Maravilhosa eram definidos inicialmente de acordo com as intenções de ‘modernização’ do Rio de Janeiro. A então capital federal era apresentada como vitrine de um Brasil que pretendia alcançar os patamares de ‘civilização’ dos países do primeiro mundo, com os quais mantinha seus negócios mais importantes e dos quais dependia economicamente. Nesse intuito, procurava-se oferecer uma imagem pré-concebida de cidade ‘moderna’ e ao mesmo tempo exótica, ‘civilizada’ e com uma ‘natureza tropical exuberante’, aberta ao capital e à fruição do comércio e do turista internacional que, sistemática e repetidamente reforçada ao longo das duas primeiras décadas do século XX, passou a produzir outras imagens nas décadas posteriores, com reflexos até os dias atuais.

A “CAPITAL CULTURAL DO PAÍS”

A associação do ideário de Cidade Maravilhosa a uma visão restrita de cidade ‘moderna’ e exótica parece ter sido uma questão de fundo a ser combatida nas comemorações do 4º Centenário da Cidade do Rio de Janeiro, considerando-se a amplitude das intervenções e dos marcos comemorativos naquele ano de 1965, em relação às ações das décadas anteriores. Turazzi, Mesquita e Leite (2014, p. 23) afirmam que “a escrita sobre o Rio de Janeiro lançada em função das comemorações do IV Centenário, em 1965, foi abrangente e variada”, incluindo “coletâneas e fontes, biografias, álbuns iconográficos, estudos de síntese, crônicas jornalísticas, livros didáticos, poemas épicos, entre outras obras de cunho predominantemente historiográfico”. Ressaltam, no entanto, que, embora tenha sedimentado e renovado “nossa cultura histórica sobre a cidade”, essa extensa produção se voltava mais à contemplação do passado, incluindo o passado recente, do Rio do que à discussão “de seu próprio tempo [atual, em 1965]” (*ibidem*).

Levando-se em conta o contexto político da época do 4º Centenário do Rio, pode-se entender que diversos aspectos contribuíram para essa variedade de manifestações comemorativas, que acabou marcando o ano de 1965 na história das festividades de aniversário da capital carioca. O Rio de Janeiro havia perdido recentemente o posto de capital



federal para a nova cidade de Brasília e se fazia necessário tanto reforçar a memória de sua importância para o país como manter seu destaque como grande centro cultural nacional. Com a transferência da sede da capital, foi fundado o Estado da Guanabara, marcando a capital carioca como única cidade-estado na história brasileira e, ao mesmo tempo, ampliando os desafios referentes às suas questões identitárias. Além disso, o governo Carlos Lacerda, embora controverso, era pautado em preocupações assistencialistas que não poderiam se restringir, por conta de seu caráter populista, às áreas contempladas pelo senso excludente de Cidade Maravilhosa que caracterizara as intervenções urbanas da primeira metade do século XX. O período da *Belle Époque* já havia sido superado pouco mais de três décadas atrás e a ideia de modernidade perdera a força sedutora de sua aura de vanguarda desde a década anterior – ‘modernizar’ a cidade não se fazia mais necessário e, tampouco, não deveria fazer mais sentido como justificativa para grandes intervenções urbanas. Por fim, o Brasil entrava em seu segundo ano sob o regime ditatorial militar e a repressão, certamente já sentida nesse primeiro intervalo de tempo e cuja intensificação nos anos seguintes não poderia deixar de ser pressentida, trazia, em contrapartida, a necessidade de resistência que tinha, como uma de suas vias de extravasamento, a produção cultural-artística.

Assim, influenciados por esse conjunto de fatores, os preparativos para as comemorações desse 4º Centenário do Rio de Janeiro acabaram envolvendo “variadas formas de investimento do poder público e da iniciativa privada na rememoração do passado e, claro, na pavimentação de seu futuro” – “a história do Rio de Janeiro ganharia uma popularidade sem precedentes na vida carioca”, definindo um legado que permanece atual no imaginário da cidade (TURAZZI, MESQUITA e LEITE, 2014, p. 56).

Durante o governo Lacerda, a “educação foi alvo de grandes investimentos públicos” o que, no âmbito das comemorações do 4º Centenário, se refletiu em diversas ações. A Escola Serpha, “na região da Maré, instalada [precariamente] sob pressão dos moradores [...] desde 1957”, foi “remodelada e rebatizada em 1965” como “Escola IV Centenário” e, após reconstrução recente, ainda permanece em atividade com o mesmo nome (*ibidem*, p. 64). A “[então] nova Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Educação e Cultura” conduziu a exposição itinerante “Do Rio antigo ao novo Rio” pelas “21 regiões administrativas da Guanabara entre agosto e dezembro de 1965” (*ibidem*, p. 65). Turazzi, Mesquita e Leite (2014, p. 65) destacam, ainda, a publicação do livro destinado ao público infantil, intitulado “Como Nasceu a Cidade Maravilhosa”, de autoria do escritor Thales Castanho de Andrade. Embora não traga o ano de edição, foi provavelmente “lançado para as



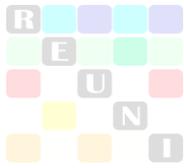
comemorações do IV Centenário”. Seu título e conteúdo didático, ao mesmo tempo em que buscavam ensinar às crianças a história considerada oficial da cidade, difundiam e reforçavam o epíteto de Cidade Maravilhosa. As estratégias educacionais envolveram a mobilização de diversos autores “para tratar do tema nos livros, jornais, revistas, discos e onde mais se pudesse pensar” e “ofereciam não somente lições do passado, como também promessas de futuro” (*ibidem*, p. 67).

A imagem do Rio de Janeiro em que se investia era a de “capital cultural do país, a terra de todos os brasileiros”, numa “estratégia de compensação pela perda efetiva do estatuto político administrativo de capital federal para Brasília” (TURAZZI, MESQUITA e LEITE, 2014, p. 80). As belezas da cidade continuavam a ser exaltadas mesmo na sigla atribuída à antiga capital federal – Belacap –, enquanto Brasília recebia uma denominação que se referia apenas à construção recente – Novacap.

As comemorações no Rio buscavam contemplar “sua gente, sua história, suas belezas naturais, indústrias, serviços e obras de infraestrutura urbana”, mas, diferente do teor da Exposição Internacional de 1922, a imagem de cidade estampada na “vitrine” não se restringia ao modelo de uma metrópole ‘moderna’ e ‘civilizada’. A intenção em 1965 era apresentar, sim, uma cidade “moderna e cosmopolita” que, no entanto, não estava dissociada de “um modelo de cidade tradicional” (*ibidem*). A “propaganda oficial” do governo Lacerda ressaltava que atributos como “a natureza épica da saga carioca, a posição geográfica e o caráter litorâneo da cidade, seu passado de ‘lendárias tradições’ se uniam à modernidade, inaugurando, assim, [...] uma ‘nova era’ para o Estado da Guanabara” (*ibidem*, p. 81). No âmbito das grandes obras urbanas, a administração destacava seu caráter empreendedor e inovador, enfatizado, especialmente, com a “inauguração do Aterro do Flamengo – tratada como o principal evento comemorativo do IV Centenário” (*ibidem*). Como se pode notar, apesar de outras ações mais abrangentes em alguns aspectos, a principal intervenção urbana inaugurada no quarto centenário do Rio ainda se concentrava na conexão entre o centro e a zona sul.

“O RIO DE CADA UM”

Já consolidada, a ideia de Cidade Maravilhosa podia continuar a se referir mais amplamente aos ‘cartões-postais’ cariocas, mas não se restringia mais apenas ao que poderia ser considerado como expressão do moderno, nem ao que poderia se classificar como exótico aos olhos estrangeiros. Pode-se perceber iniciativas de valorização do cotidiano carioca,



embora de acordo com visões dominantes, pautadas no que pretendiam difundir como a ‘história oficial’ da cidade. Esta diversificação do olhar fica expressa no principal conjunto de produção bibliográfica das comemorações do 4º Centenário do Rio de Janeiro, a “Coleção Rio 4 Séculos”, composta por seis extensos volumes destinados a temas variados, mas todos voltados à capital carioca e escritos ou organizados por autores de renome nacional. Os volumes 1 e 2 apresentam a versão remodelada da obra de Gastão Cruls intitulada “Aparência do Rio de Janeiro”; os volumes 3, 4 e 6 consistem, respectivamente, em reedições de “Memórias da Cidade do Rio de Janeiro”, “Paquetá – imagens de ontem” e “O Rio de Janeiro no Século 17”, de Vivaldo Coaracy; o volume 5, “Rio de Janeiro em Prosa & Verso”, foi organizado por Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade e traz “uma coletânea antológica de textos [contos, crônicas, poemas] sobre a cidade” (TURAZZI, MESQUITA e LEITE, 2014, p. 61). O conjunto da coleção integrava, assim, estudos e outras publicações literárias produzidos ao longo dos quatro séculos do Rio de Janeiro. A adaptação ficou sob a responsabilidade do historiador Hélio Viana, “convicto de que ‘a cidade de Estácio de Sá continuava fiel ao seu destino, engrandecendo-se sem prejuízo de suas belezas naturais” (*apud* TURAZZI, MESQUITA e LEITE, *ibidem*).

No volume 2 de “Aparência do Rio de Janeiro”, em seu texto intitulado “O Rio de Cada Um”, datado de 1947, Gastão Cruls (1965, vol. 2, p. 852) mostra-se atento à diversidade do olhar e às diferentes concepções sobre a cidade, contrapondo-se, embora não declaradamente, ao sentido até então atribuído à expressão Cidade Maravilhosa. O referido autor diferencia, assim, o olhar do carioca por vezes acostumado e, portanto, desatento às belezas naturais do Rio de Janeiro; o olhar de outros brasileiros que substituíram “a tranquilidade de seus rincões” pelos “encantos [do Rio] e os ecos de sua civilização”; e o olhar dos estrangeiros que “no aconchego das [...] paisagens [cariocas] arrumaram um novo lar”. Destaca ter falado do “Rio de todos”, mas não do seu próprio Rio – olhar que se pretende voltado à alteridade. Defende que “cada um, dentro da grande cidade, tem a sua pequena cidade”. De acordo com este ponto de vista, a ideia de Cidade Maravilhosa seria valorizada apenas quando contempla aspectos da memória afetiva e do cotidiano das infinitas e diferentes vivências da cidade, suas diversas histórias. Cruls (*ibidem*) conclui que sua concepção mais íntima do Rio interessa apenas se, “falando nele, [o autor] falasse também no Rio dos outros”, ao qual afirma ter conhecido e frequentado.

A CIDADE MARAVILHOSA ATUALMENTE: COOPTAÇÃO X RECONHECIMENTO

Se as publicações, e algumas das intervenções promovidas pelo poder público, apontavam para uma abertura do sentido de Cidade Maravilhosa em 1965, contemplando algumas das áreas do Rio desconsideradas nas décadas anteriores, a abertura desse sentido não parece ter tido continuidade nos grandes projetos urbanos mais recentes na capital carioca. Como exemplo de apropriação do epíteto de Cidade Maravilhosa restrito à ideia de ‘modernidade’ vigente no início do século XX – e já ultrapassada –, pode-se destacar o Projeto “Operação Urbana Porto Maravilha – Reurbanização e Desenvolvimento Econômico”, “fruto de uma Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro, [...] criada pela Lei Municipal no. 101/2009” (TOLEDO, 2012, p. 52). Sob o mote da requalificação urbana, o Porto Maravilha é apresentado como uma grande “articulação jurídico-institucional para viabilizar a transformação da Região Portuária do Rio” (CDURP – RIO PREFEITURA, s/d). O documento de divulgação utiliza os grandes eventos pelos quais a cidade vem passando e deverá passar durante a década de 2010 – “momento único” – como justificativa para sua execução. A partir da apresentação de panoramas da região portuária do Rio de Janeiro – em períodos diversos, numa espécie de síntese evolutiva paisagística – atenta para sua “grande relevância histórica” e propaganda a recuperação de sua imagem.

Figura 01 – Panoramas “Porto Maravilha” – síntese da evolução da paisagem.



Fonte: CDURP – RIO PREFEITURA (s/d, p. 08).

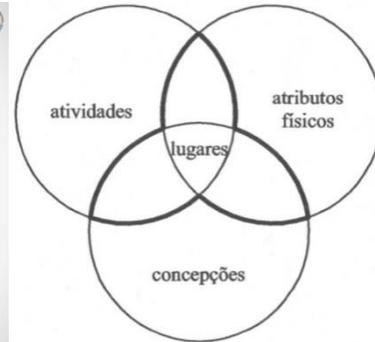
A evolução apresentada nos panoramas parece anunciar a recuperação das paisagens históricas portuárias cariocas. O que o Projeto parece buscar, no entanto, nesse intuito de ‘recuperação’, é a criação de um novo cenário, apresentado como melhor solução do que o contexto existente. Assim, o Porto Maravilha busca uma imagem de desejo, pautando-se num possível imaginário carioca, embora negue a paisagem da área em que se insere, e todo seu processo de conformação. O próprio título do Projeto tenta induzir à identificação com a ideia de Cidade Maravilhosa.

Pautando-se na tríade requalificação urbana, desenvolvimento imobiliário e desenvolvimento socioeconômico, a divulgação do Projeto apresenta um esquema análogo àquele definido por Canter (1977, p. 158) como “uma metáfora visual para a natureza dos lugares”. Numa aparente tentativa de ressignificação da região portuária, a requalificação urbana do Porto Maravilha estaria para a mudança das concepções do esquema de Canter (*ibidem*), assim como o desenvolvimento imobiliário para os atributos físicos e, por fim, o desenvolvimento econômico para as atividades.

Figura 02 – Logomarca “Porto Maravilha” (à esquerda); “Metáfora Visual para a Natureza dos Lugares” (à direita)



Fonte: CDURP – RIO PREFEITURA (s/d, p. 08).



Fonte: CANTER (1977, p.158⁷).

A crescente especulação imobiliária motivada pela operação do Porto e as tentativas de gentrificação implantadas pelos empreendimentos imobiliários são, no entanto, apenas alguns dos fatores que tornam o Porto Maravilha algo muito distante da “metáfora visual” de lugar definida por Canter. Voltado aos interesses econômicos de uma elite, o Projeto intenciona revalorizar uma paisagem carioca e, ao mesmo tempo, ressignificar um lugar. No processo, mistura e reduz os conceitos de paisagem e de lugar à imposição de uma pretensa imagem de desejo, um cenário, cuja ambiência – de construção imediata, impositiva e vazia

⁷ Tradução livre: LAMOUNIER (2006, p. 80).



de acúmulo de tempo – se assemelha muito mais a um ‘cartão-postal’ voltado para olhares externos do que a uma ideia de manutenção de atmosferas atrativas.

Em julho de 2012 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO – noticiava a aprovação da inclusão do Rio de Janeiro, na categoria de Paisagem Cultural, na Lista do Patrimônio Mundial. O documento apresenta, como justificativa, o “cenário urbano excepcional da cidade, constituído por elementos naturais essenciais que moldam e inspiram o seu desenvolvimento”. O sítio do Patrimônio Mundial, aprovado pelo Comitê, inclui “as paisagens urbanas projetadas [...] que contribuíram para a cultura carioca de vida ao ar livre” e destaca que “o Comitê também reconhece a relevância da inspiração artística que o Rio oferece a músicos, paisagistas e urbanistas”. A proposição toma como base os “princípios de identificação das paisagens culturais” envolvendo critérios tais como os de “paisagem intencionalmente desenhada”, “paisagem organicamente evolutiva” e “paisagem vinculada à história e indissociável do imaginário do país ao longo de séculos”. Destaca, ainda, que, “no Rio, a simbiose entre a cidade e a paisagem é única, ainda mais marcante do que os valores do sítio histórico em si, dos monumentos e da arquitetura” (UNESCO, 02/07/2012).

Ao envolver questões como vínculo à história e indissociabilidade com o “imaginário do país”, a aprovação da UNESCO conduz à ideia de que a paisagem cultural em questão define um tipo de paisagem de preferência no âmbito nacional. A conotação de tempo como um critério de valoração conduz ainda à ideia de paisagem carioca como lugar – atributo, segundo Tuan (1983), do espaço quando imbuído de significados, incluindo laços afetivos, para determinados indivíduos ou grupos, conforme seus valores culturais. Mais que isso, ao reconhecer “as paisagens urbanas projetadas [...] que contribuíram para a cultura carioca de vida ao ar livre” e “a relevância da inspiração artística que o Rio oferece a músicos, paisagistas e urbanistas” (UNESCO, 02/07/2012), o Comitê parece assumir que o conjunto de paisagens cariocas incluídas na Lista do Patrimônio Mundial integra uma Atmosfera, ou Atmosferas, de Preferência⁸.

Por um lado, os critérios da Carta da UNESCO refletem a evolução da discussão sobre patrimônio cultural em virtude da valorização de aspectos também relacionados ao cotidiano

⁸O conceito de Atmosferas de Preferência é trabalhado por Lamounier (2017), em tese de doutorado intitulada “Atmosferas de Preferência na ‘Cidade Maravilhosa’”. O autor defende que “Atmosferas de Preferência são [...] resultantes de uma série de relações entre componentes tangíveis e intangíveis que, por despertarem o interesse, inclusive por suscitarem sentimentos nostálgicos, podem se tornar reconhecíveis, de certo modo familiares”. Complementa que “pela intensidade com que nos tocam, podem se distinguir como memoráveis, entre outras atmosferas, no imaginário das pessoas” (LAMOUNIER, 2017, p. vii).



da cidade, e não mais apenas dos elementos considerados excepcionais, alinhando-se ao que estabelecem a Carta de Washington, de 1986, e a Recomendação R(95)9, de 1995 (*in*: CURY, 2004, p.281-284; e p. 329-346), bem como a Carta dos Itinerários Culturais (CIIC-ICOMOS, 2008). Por outro, a confusão entre conceitos, na busca por uma imagem idealizada – ou de desejo – pode conduzir a processos de criação ou de tentativa de recriação de imagens sem, no entanto, o cuidado devido com os significados originalmente associados.

Ao citar a “simbiose entre a cidade e a paisagem”, a Carta da UNESCO (02/07/2012) incorre em outra confusão comum: restringir o conceito de paisagem ao de paisagem natural – visão contraditória num documento que afirma se basear nos “princípios de identificação das paisagens culturais”. Como destaca o professor doutor WertherHolzer (2013)⁹, a ideia de paisagem – no sentido de apropriação e percepção – passou por um processo de retomada e revalorização pela geografia cultural renovada e pela arquitetura e urbanismo durante os anos 1960/70. Nesse processo de redefinição conceitual, paisagem passa a ser entendida não mais como sinônimo do “natural”, de maneira dissociada da ação do homem, mas num viés “cultural”. Para exemplificar tal mudança, Holzer (*ibidem*) cita o entendimento de Cosgrove, segundo o qual o poder do homem é determinante na configuração da paisagem.

No entanto, há que se reconhecer que, assim como remete, mesmo que às vezes de maneira confusa, à ideia de atmosfera, a Carta de tombamento do Rio como Paisagem Cultural, na Lista UNESCO do Patrimônio Mundial, acaba promovendo uma forma de oficialização do reconhecimento internacional da capital carioca como Cidade Maravilhosa. Uma manchete de notícia da própria Organização das Nações Unidas afirmava, em dezembro de 2016, que o “Rio de Janeiro é [a] 1ª paisagem cultural urbana declarada Patrimônio Mundial da UNESCO” (UNESCO, 08/12/2016) – “a entrega oficial do documento de inscrição do Rio de Janeiro na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO” foi realizada no dia 13/12/2016 “aos pés do Cristo Redentor, no Corcovado”. A notícia destaca, ainda, a fala da presidente do IPHAN, Kátia Bogéa, que considera que

o título [de primeirapaisagem urbana tombada como patrimônio cultural mundial] trouxeao cenário nacional e internacional o desafio de construir novosparâmetros para as políticas de patrimônio com vistas à proteção e à gestão de umbentão peculiar e com característica singular em todo o mundo (*apud* UNESCO, 08/12/2016).

⁹ Referência oral – notas de aula.



A mesma publicação cita o representante da UNESCO no Brasil, LucienMuñoz, para quem “a convivência da **cidade maravilhosa**¹⁰ com sua rica paisagem natural indica desafios permanentes para assegurar a perenidade dos atributos únicos que levaram a cidade a ser inscrita na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO” (*ibidem*).

A despeito do que as confusões no documento possam propiciar, a ideia de Cidade Maravilhosa ali implícita é bem mais abrangente do que as concepções associadas à mesma quando esta expressão começou a ser difundida como sinônimo do Rio de Janeiro. Por outro lado, as principais notícias sobre o tombamento insistem em destacar os ‘cartões-postais’ cariocas, a exemplo da publicação de 07/12/2016 no Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – que informa que

entre os principais elementos que tornaram excepcional e **maravilhosa**¹¹ a cidade que nasceu e cresceu entre o mar e a montanhaestão o Pão de Açúcar, o Corcovado, a Floresta da Tijuca, o Aterro do Flamengo, o JardimBotânico e a famosa praia de Copacabana, além da entrada da Baía de Guanabara. As belezas cariocas incluem o forte e o morro do Leme, o forte de Copacabana e o Arpoador, o Parque do Flamengo e a enseada de Botafogo, entre outros elementos (IPHAN, 07/12/2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que as referências iniciais ao Rio de Janeiro como Cidade Maravilhosa se inserem no contexto de busca pela imagem de modernidade que caracterizava as intervenções de Pereira Passos, no âmbito municipal, e de Rodrigues Alves, na esfera federal. Uma imagem de cidade que se baseava na atribuição da Rua do Ouvidor como síntese de uma Rio-Paris – e, conseqüentemente, do país – que buscava elevar a então capital federal brasileira ao patamar das grandes capitais europeias. A expressão surge quando esse eixo tomado como representativo de uma possível síntese da cidade se desloca para a Avenida Central – atual Rio Branco –, aí um ideal de cidade norte-americana, quando os Estados Unidos, com seus grandes *skyscrapers*, passam a superar a França e a Inglaterra como ideal de civilização. Paulatinamente à propagação internacional deste epíteto ‘maravilhoso’, as belezas naturais que envolvem e permeiam a capital carioca também são integradas, frequentemente num sentido do ‘exótico’, o ‘paraíso tropical’ aberto aos interesses estrangeiros que oferece diversas possibilidades de fruição, incluindo-se aí a ideia de um povo irreverente, hospitaleiro e sempre alegre, apesar das dificuldades – quase sempre traduzidas em termos financeiros –

¹⁰ Grifo nosso.

¹¹ Grifo nosso.



que enfrenta. Ultrapassada a busca pela modernidade, e frente à necessidade da busca de uma outra identidade, o sentido de Cidade Maravilhosa acaba ganhando um significado mais abrangente, reflexo tanto das recentes discussões sobre as cidades, como as Cartas elaboradas pelo ICOMOS¹², entre outras recomendações, quanto, também, das lutas por visões mais igualitárias de cidade que se contrapunham à ideia elitista de Cidade Maravilhosa desde o início da difusão desta qualificação.

O sentido inicial da expressão Cidade Maravilhosa consistiu, aparentemente, numa imagem pré-concebida de um Rio de Janeiro restrito a uma elite social que acabou sendo reproduzida ao longo dos dois últimos séculos, contribuindo, ora para a geração de outras concepções semelhantes, com o mesmo sentido geral de elitismo, embora com algumas variações; ora para o reconhecimento da necessidade de combate a essa ideia de restrição, conduzindo a outras concepções – uma Cidade Maravilhosa pautada na ampliação do acesso à cidade. A julgar pelos grandes projetos recentes de intervenção urbana na capital carioca e pelas estratégias contemporâneas mais comuns de divulgação da imagem do Rio, pode-se considerar que esta perspectiva socialmente mais abrangente ainda necessita de bastante esforço para desenvolvimento e consolidação. No imaginário comum e nos projetos e estratégias de divulgação de sua imagem, o que o Rio de Janeiro parece ter de Cidade Maravilhosa ainda se restringe aos seus principais ‘cartões-postais’.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2013.

AGUIAR, L. **Almanaque Machado de Assis: vida, obra, curiosidades e bruxarias literárias**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

ARQUIVO NACIONAL. **O Rio do morro ao mar**. HEYNEMANN, C. (coord.) *et al.* Rio de Janeiro: Exposições Virtuais do Arquivo Nacional, 20/10/2016. Disponível em: <http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/pt-br/catalogo-exposicoes/rio-do-morro-ao-mar/intro-o-rio-do-morro-ao-mar>>. Acesso em 06/01/2017.

BELL, A. G. **The Beautiful Rio de Janeiro**. London: William Heinemann, 1914.

CANTER, D. **The Psychology of Place**. London: Architectural Press, 1977.

¹² Sigla para *International Council on Monuments and Sites* ou, na denominação em português, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, “organização não governamental associada à UNESCO”, conforme informado em <https://www.icomosbr.org/>.



CDURP – RIO PREFEITURA. **Operação Urbana Porto Maravilha: reurbanização e desenvolvimento socioeconômico**. Rio de Janeiro: CDURP – RIO PREFEITURA, s/d. Disponível em <<http://portomaravilha.com.br/upload/cupula/apresentacao.pdf>>. Acesso em: 15/12/2013.

CIIC-ICOMOS – COMITÊ CIENTÍFICO INTERNACIONAL DOS ITINERÁRIOS CULTURAIS-CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. **Carta dos Itinerários Culturais**. In: 16ª Assembleia Geral do ICOMOS. Quebec: 04 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_Itinerarios_Culturais_2008.pdf>. Acesso em 17/02/2012.

COSGROVE, D. **A Geografia Está em Toda Parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas**. In: CORRÊA, R.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 92-123.

CRULS, G. (1947). **O Rio de Cada Um**. In: Aparência do Rio de Janeiro – notícia histórica e descritiva da cidade. Coleção Rio 4 Séculos, vol. 2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965. p. 852.

CURY, I. (org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, Edições do Patrimônio, 2004. 3ª edição revista e aumentada.

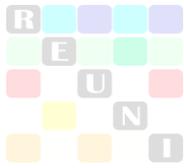
GINZBURG, C. **O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Rio de Janeiro recebe certificado de Patrimônio Mundial**. Rio de Janeiro: IPHAN, 07/12/2016. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3926/rio-de-janeiro-recebe-certificado-de-patrimonio-mundial>>. Acesso em 06/07/2017.

KORYTOWSKI, I. **Qual a origem da expressão “Cidade Maravilhosa”?**. In: *Blogspot Literatura & Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 13/03/2015. Disponível em: <<http://literaturaeriodedejaneiro.blogspot.com.br/2003/03/qual-origem-da-expressao-cidade.html>>. Acesso em 15/05/2016.

LAMOUNIER, A. **Atmosferas de Preferência na ‘Cidade Maravilhosa’**. Tese de Doutorado, orientadora Profa. Dra. Thereza Carvalho. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense – UFF, 2017.
_____. **Atmosferas de Ruas – Identificação de Componentes e Qualidades em Londrina-PR**. Dissertação de Mestrado, orientador Prof. Dr. Humberto Yamaki. Londrina: Programa de Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina – UEL, 2006.

MEINIG, D. (org.). **The Interpretation of Ordinary Landscapes: geographical essays**. Oxford: Oxford University Press, 1979. Part III: *American Expressions*, p. 164-192.



PEREIRA, M.A **Exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro**. Arqtexto (UFRGS), v. 16. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2010. p. 6-27.

SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil – 1900-1990**. São Paulo: EDUSP, 1999.

TOLEDO, M. **Participação de Instituições Locais em Projetos de Revitalização Urbana: o caso do Projeto Porto Maravilha na cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado, orientador Prof. Dr. Fernando Tenório. Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2012.

TUAN, Y. **Espaço & Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

TURAZZI, M. (org.); MESQUITA, C.; LEITE, J. **Rio 400+50 – comemorações e percursos de uma cidade**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Rio de Janeiro é 1ª paisagem cultural urbana declarada Patrimônio Mundial da UNESCO**. Representação da UNESCO no Brasil. Brasília: 08/12/2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/rio-de-janeiro-e-1a-paisagem-cultural-urbana-declarada-patrimonio-mundial-da-unesco/>>. Acesso em 19/02/2017.

_____. **Com o Rio, Brasil passa a ter 19 sítios na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO**. Representação da UNESCO no Brasil. Brasília: 02/07/2012. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/ia/about-this-office/single-view/news/rio_becomes_the_19th_brazilian_site_in_the_world_heritage_list_of_unesco/>. Acesso em 15/09/2012.

VEIGA, C. **Um Brasileiro Francês – Philéas Lesbegue**. Rio de Janeiro: Topbooks; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1998.